

paração das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros. **5.2.3. Normas e informações de sustentabilidade de ainda não adotadas:** Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board ("ISSB") emitiu suas duas primeiras normas de informações de sustentabilidade - IFRS S1 e IFRS S2, que foram adotadas no Brasil pela CVM, e com data de aplicação obrigatória a partir de exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros. Em paralelo, a União Europeia emitiu o seu primeiro conjunto de normas de sustentabilidade - European Sustainability Reporting Standards ("ESRS") em julho de 2023, aplicáveis às subsidiárias do Grupo localizadas em países da União Europeia, que deverão reportar de forma consolidada sobre informações de sustentabilidade de acordo com os ESRSs a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia está em processo de implementação destas novas normas, de forma a adequar o atual Relatório Integrado aos requerimentos das normas e expectativas dos investidores e mercados financeiros. **5.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$") ou "Reais". **5.4. Operações com moeda estrangeira:** As operações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas, exceto quando reconhecidas no patrimônio líquido como operações qualificadas como hedge de risco. **5.5. Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia:** O resultado e a posição financeira de todas as subsidiárias cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação da Companhia são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente apresentadas são convertidas pelas taxas de câmbio médias do período dessa demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente, que são uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, exceto para controladas consideradas em economias hiperinflacionárias, conforme Nota 5.5.4; e (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como "Outros resultados abrangentes" num componente separado no patrimônio líquido dentro, da conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores apresentados na demonstração de Fluxo de Caixa são estritamente derivados das atividades, passivos e resultados. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior assim como, dos empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como instrumento de hedge de investimentos no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio acumuladas equivalentes ao investimento alienado e ao instrumento de hedge que foram registradas no patrimônio são reconhecidas no resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda. O montante de diferenças de câmbio acumuladas a reconhecer no resultado é quantificado com base no método de consolidação usada pela Companhia que é o método de consolidação passo a passo no qual cada entidade é consolidada na entidade que detém diretamente a participação nela e assim sucessivamente até a consolidação final na Companhia. O ágio e o valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade, são tratados como ativos e passivos do balanço no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. O efeito dessa conversão também é reconhecido como "Outros resultados abrangentes". **5.5.1. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade, e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia adquiriu o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas diretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações, como quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas subsidiárias são eliminadas na consolidação. A Companhia trata as transações com controladas não-controladoras que não resultem em perda de controle como transações com acionistas da Companhia. Uma mudança na participação acionária resulta em um ajuste entre os valores contábeis das participações dos acionistas controladores e não controladores para refletir suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor do ajuste do não controlador e qualquer contraprestação paga ou recebida é reconhecida no patrimônio líquido - "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando a Companhia deixa de ter controle sobre qualquer uma de suas controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, com qualquer diferença com o valor contábil reconhecido no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados para o resultado. **5.5.2. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** (i) **Coligadas:** Coligadas são todas as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, mas não controle ou controle conjunto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, após reconhecimento inicial ao custo. (ii) **Joint arrangements:** Investimentos em joint arrangements onde a Companhia tem o controle em conjunto com outros investidores são classificados como joint ventures ou joint operations. Em uma joint venture, a Companhia tem direito aos ativos líquidos da joint venture, e não aos seus ativos e passivos específicos. As participações em joint ventures são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, após reconhecimento inicialmente ao custo no balanço patrimonial. Em uma joint operation, a Companhia reconhece inicialmente seu direito aos ativos, passivos, receitas e despesas, e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas devidos ou incorridos em conjunto. (iii) **Método de equivalência patrimonial:** No método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, que incluem os custos de aquisição, ajustados posteriormente para reconhecer no resultado da Companhia o efeito dos lucros e prejuízos da investida pós-aquisição e os movimentos da participação acionária da Companhia na investida em "Outros resultados abrangentes", até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Os dividendos recebidos ou a receber de coligadas e joint ventures são reconhecidos como redução do valor contábil do investimento. Os investimentos da Companhia em coligadas e joint ventures incluem ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de impairment. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e joint ventures, são reconhecidos no resultado. A Companhia classifica os dividendos recebidos de participações em coligadas e joint ventures como fluxo de caixa de atividades de investimento. O teste de impairment do valor contábil dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é realizado de acordo com a política apresentada na Nota 5.6.2(i). **5.5.3. Transações entre entidades sob controle comum:** Transações entre entidades sob controle em comum ainda não foram endereçadas pelas IFRS e quando ocorrem transações de transferência não monetária entre entidades sob controle comum, a Companhia registra os ativos e passivos transferidos por seus valores contábeis na data da transferência. **5.5.4. Economias hiperinflacionárias:** O CPC 42 / IAS 29 exige que as demonstrações financeiras de entidades cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária sejam ajustadas pelos efeitos de mudanças em um índice geral de preços adequado e sejam expressas em termos da unidade de medida atual na data de encerramento do exercício. Para concluir se uma economia é classificada como hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29, a norma detalha uma série de fatores a serem considerados, incluindo a existência de uma taxa de inflação acumulada em três anos que se aproxime ou supere 100%. O CPC 42 / IAS 29 deve ser aplicado como se a economia fosse hiperinflacionária desde sempre. De acordo com este princípio, as demonstrações financeiras de uma companhia que opere na moeda de uma economia hiperinflacionária deve ser expressa em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras. Todos os saldos da balanço patrimonial que não estejam expressos em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras devem ser atualizados pela aplicação de um índice geral de preços. Deste modo, a inflação produzida a partir da data de aquisição ou da data de reavaliação, conforme o caso, deve ser registrada nos itens não monetários. Todos os demonstrações resultantes devem ser apresentados na unidade de medida vigente na data das demonstrações financeiras, aplicando-se a variação do índice geral de preços ocorrida desde a data em que as receitas e despesas foram originalmente reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os principais procedimentos para a ajuste acima mencionado são os seguintes: (a) Os ativos e passivos monetários registrados a valores correntes na data do balanço não são atualizados porque já estão expressos em unidades monetárias correntes na data do balanço; (b) Os ativos e passivos não monetários que não se encontram registrados a valores correntes à data do balanço e as componentes do patrimônio líquido são ajustados pela aplicação dos fatores de

conversão aplicáveis; (c) Todos os itens da demonstração do resultado são reapresentados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis; (d) Os efeitos da inflação na posição monetária líquida da Companhia são apresentados na demonstração do resultado, em "Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas"; (e) Todos os saldos patrimoniais (ativos e passivos) e de resultado (receitas e despesas) devem ser atualizados pela taxa de fechamento na data da demonstração financeira mais recente. Os números comparativos das demonstrações financeiras apresentadas em moeda estável não são ajustados por alterações subsequentes no nível de preços ou taxas de câmbio. Isso resulta numa diferença inicial decorrente da adoção inicial da contabilização de hiperinflação, entre o fechamento do patrimônio líquido do ano anterior e o saldo inicial do patrimônio líquido do ano corrente. A Companhia reconhece essa diferença decorrente da adoção inicial desta contabilização diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido como "Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação". A aplicação contínua da conversão dos valores comparativos a taxas de fechamento sob IAS 21 - "Os efeitos de alterações em taxas de câmbio" e os ajustes de hiperinflação requeridos pelo IAS 29 levarão a uma diferença adicional à que surge na adoção inicial da contabilização da hiperinflação. Estas diferenças adicionais são apresentadas na demonstração do resultado abrangente dentro da rubrica "Variação cambial de operações líquidas nos exercícios" e são reconhecidas no resultado, quando a economia deixa de ser considerada hiperinflacionária e a aplicação do CPC 42 / IAS 29 é descontinuado, os valores atualizados monetariamente passam a ser o valor contábil base para os períodos subsequentes. (f) **Turquia:** No início de 2023, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com a declaração do Fundo Monetário Internacional ("FMI"), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional. (g) **Argentina:** Em julho de 2018, a Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária devido a uma inflação acumulada no triênio superior a 100%, desencadeando assim a exigência de transição da contabilização em economia hiperinflacionária. Desde 2018, o cumprimento da norma se tornou aplicável ao investimento da Companhia na Cimentos Avellaneda S.A. ("Avellaneda"), uma coligada cuja moeda funcional é o peso argentino. **5.6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir. **5.6.1. Estimativa de valor justo:** A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos líquidos. Nível 2 - Informações, preços cotados, incluídas em mercados ativos para ativos e passivos líquidos, ou preços cotados para o ativo ou passivo, seja diretamente (derivados dos preços), Nível 3 - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados não observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco (por exemplo ESG ou a falta de liquidez, entre outros) não origina ou a regeste não observável. Técnico utilizado: as específicas utilizadas para valorizar e rever, ativos e passivos a valor justo incluem: • Preço de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo de swaps de taxa de juros calculado para valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. • O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e • A análise de dados históricos e projeções de futuros preços de câmbio para determinar o valor justo dos valores justos de Nível 2 e Nível 3. A Companhia utiliza seu julgamento para selecionar os melhores métodos e premissas baseando-se principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **5.6.2. Impairment de ágio e ativo não circulante:** (a) **Práticas contábeis:** Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização, e o teste de valor recuperável (impairment) é realizado, pelo menos, anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação / amortização passam por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado ou alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. Os fluxos de caixa e o regime de amortização foram determinados com base no fluxo de caixa líquido e reverso, direta, exceto o ágio, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por impairment é reconhecida como receita na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Perda por impairment do ágio reconhecida no resultado do exercício não é revertida. (b) **Teste de impairment:** Um teste de impairment é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs ou grupo de UGCs às quais possuem ágio alocado, bem como para outras UGCs ou grupo de UGCs que não contém ágio, mas apresentam indicadores de impairment. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC ou grupo de UGCs. Os fluxos de caixa são estimados com base em projeções de fluxo de caixa líquido (com taxa de crescimento nula). UGC, Os fluxos de caixa são estimados com base em projeções de fluxo de caixa líquido (com taxa de crescimento nula). A Administração considerou como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda projetados e a taxa de desconto. A Administração projetou o preço e o volume de vendas futuros com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são as impostas e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional (região geográfica) ou a UGC que está sendo testada. A tabela a seguir apresenta as taxas reais de desconto usadas para as UGCs ou grupo de UGCs que têm ágio significativo alocado a elas, bem como outras UGCs sem ágio alocado, mas relevantes pela significância para as operações da Companhia:

| Segmento         | País           | Moeda original | Taxa de desconto em  |                      |
|------------------|----------------|----------------|----------------------|----------------------|
|                  |                |                | termos reais em 2023 | termos reais em 2022 |
| Brasil           | Brasil         | BRL            | 10,10%               | 10,88%               |
|                  | Bolívia        | BOB            | 15,01%               | 10,88%               |
|                  | Uruguai        | UYU            | 8,74%                | 8,30%                |
|                  | Argentina      | ARS            | 19,67%               | 16,62%               |
|                  | Canadá         | CAD            | 7,60%                | 6,97%                |
| América do Norte | Estados Unidos | USD            | 7,60%                | 6,97%                |
|                  | Turquia        | TRY            | 12,91%               | 12,13%               |
|                  | Tunísia        | TND            | 17,29%               | 15,72%               |
|                  | Marrocos       | MAR            | 9,66%                | 8,21%                |
|                  | Espanha        | EUR            | 8,12%                | 7,48%                |

(c) **Resultado do teste de impairment:** Os testes de impairment efetuados para 31 de dezembro de 2023, não resultaram em perdas materiais no consolidado a serem reconhecidas, conforme apresentado: Com base nos testes impairment realizados para a VUNA (segmento operacional América do Norte), a Companhia concluiu não haver necessidade de reconhecimento de perda por impairment considerando que o valor recuperável supera o seu valor contábil. No entanto, a Companhia reconheceu provisão para impairment no montante de R\$ 47.083 para certos ativos imateriais decorrente de projetos descontinuados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu uma perda de impairment no montante de R\$ 145.982 na UGC Turquia (segmento operacional Europa, Ásia e África). Contudo, mesmo com o cenário persistente de hiperinflação no país neste ano de 2023, a Companhia decidiu pela reversão da provisão em sua totalidade, uma vez que o teste impairment apresentou valor recuperável relevante em relação ao valor contábil dos ativos. O impacto desta reversão no resultado do exercício foi de R\$ 103.895 e a diferença de valores entre os exercícios refletiu-se a variação cambial entre períodos. Para o exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2022, os testes efetuados resultaram nos registros detalhados a seguir: (i) UGC Cajamar (segmento operacional Brasil): R\$ 5.212 de impairment, devido a atraso na obtenção do licenciamento da área. O montante foi integralmente alocado no "Imobilizado" e reconhecido em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" em 31 de dezembro de 2022. (d) **Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade para cada uma das premissas chave utilizadas na determinação do valor em uso de suas UGCs ou grupos de UGCs incluídas no teste de impairment para o exercício de 2023. A análise de sensibilidade foi realizada individualmente para cada premissa chave (preço de venda, volume e taxa de desconto). Com base no resultado da análise de sensibilidade, a Administração concluiu que não há mudanças razoavelmente possíveis nessas premissas que resultariam no valor contábil das UGCs exceder significativamente o valor recuperável estimado ou que poderia resultar em um impairment material para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. **5.6.3. Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro em todos os países que opera. A provisão para tributos diferidos é calculada individualmente por entidade, com base nas alíquotas e regras fiscais vigentes em cada localidade na data do balanço. Também são reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaborados e fundamentados em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As principais premissas consideradas nas projeções são o preço de venda e o volume. **5.6.4. Provisões e contingências:** A Companhia é parte em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios. **5.6.5. Obrigações com descomissionamento de ativos:** Os gastos relacionados ao descomissionamento da mina são registrados como Asset Retirement Obligation ("ARO"). As obrigações consistem principalmente em custos associados ao encerramento das atividades. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar a atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas em 31 de dezembro de 2023 estão entre 3,2% e 16,3% a.a., e em 31 de dezembro de 2022 estão entre 2,8% e 14,9% a.a. **5.6.6. Plano de pensão** O valor presente de obrigação ou direito do plano de assistência médica e previdenciária definido dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido para os saldos das obrigações ou direitos atuariais está a taxa de desconto, calculada com base nas taxas dos títulos de dívida do Governo. Os valores são designados na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica e plano de benefício definido.

**6. EVENTOS SUBSEQUENTES**  
(a) **Recupera de bonds Nota 27 pela Votorantim Cimentos Internacional ("VCI"):** Durante janeiro de 2024, a controlada VCI recompru no mercado secundário o saldo de USD 20.000 mil (R\$ 99.070) de principal referente aos bonds da controlada ST. Marys com vencimento em 2027. Em 31 de janeiro de 2024, o saldo remanescente de principal dos bonds com vencimento em 2027 era de aproximadamente USD 458.532 mil (R\$ 2.271.338). (b) **Contrato de fornecimento de energia de longo prazo com Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. ("Atlas"):** Em 29 de dezembro de 2023, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, com previsão para início do fornecimento de energia a partir de março de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável. Para a instrumentalização da operação, a Controladora firmou um acordo de fornecimento de energia com 9 (nove) sociedades de propósito específico ("SPEs") por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizado no Estado de Minas Gerais, com